

MOVIMENTOS PÚBLICOS E MEMÓRIAS PRIVADAS SILÊNCIOS E DISCURSOS DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA

*Maria Dulce Antunes Simões**

Resumo: Este artigo reflecte sobre o processo de “recuperação da memória histórica” da II Republica e da guerra civil de Espanha, na construção de uma memória contra hegemónica da ditadura, e sobre a preservação do “discurso apolítico” por parte de indivíduos represaliados da guerra e do regime franquista. No sentido de compreendermos as problemáticas entre os movimentos públicos das associações e as memórias privadas dos indivíduos, estabelecemos uma perspectiva diacrónica entre passado e presente, elegendo como estudo de caso os acontecimentos ocorridos na localidade estremenha de Oliva de la Frontera e as suas representações sociais no presente etnográfico.

Palavras-chave: Memória. Guerra Civil de Espanha (1936-1939). Movimentos sociais. Franquismo. Repressão. Resistência.

Abstract: This article reflects upon the process of “recuperation of the historical memory” of the II Republic and the Spanish Civil War, in the construction of a contra-hegemonic memory of the dictatorship, and the preservation of the “apolitical speech” on the part of the individuals oppressed during the Civil War and the Franquist regime. In the way to understand the problematic between the public movements of the associations, and the individuals’ private memories, we establish a diachronic perspective between past and present, choosing as case study the events occurred in Oliva de la Frontera, and its social representations in the ethnographic present.

Keywords: Memory. Spanish Civil War (1936-1939). Social movements. Franquist regime. Repression. Resistance.

* Doutoranda de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Investigadora FCSH/CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia), do Grupo de Estudios Sociales Aplicados da Universidad de Extremadura, e membro do grupo de investigação do projecto: “El Discurso Geopolítico de las Fronteras en la Construcción socio política de las Identidades Nacionales: El caso de la frontera hispano-portuguesa en los siglos XIX y XX”, Universidad Complutense de Madrid.

INTRODUÇÃO

A Revista FERIA de Septiembre, editada anualmente pelo Ayuntamiento de Oliva de la Frontera,¹ publicou em 2007 um artigo intitulado: “La Guerra Civil en Oliva de la Frontera, 1936-2006, 70 años de silencio y miedo”, dedicado a todos os “oliveros y oliveras que perdieron sus vidas durante la Guerra Civil y la posterior represión franquista” (VALERO, 2007, p.45). Nesse artigo, o autor procede à narrativa dos acontecimentos recorrendo a estudos historiográficos,² identificando os diferentes grupos políticos e as vítimas da repressão e denunciando o silêncio instituído sobre as memórias da guerra. Como exemplo do silêncio refere o caso de um artigo de Felipe Vellarino, publicado em 1972 na mesma revista, cujo parágrafo com uma “mención inocente, breve e indirecta a la Guerra Civil” (VALERO, 2007, p.59) foi riscado a “tinta roja”, por intervenção do Governador Civil de Badajoz junto do Alcalde de Oliva, durante o regime franquista. Paradoxalmente, o artigo de Antonio Valero foi recusado pela vereação municipal de 2006, presidida pelo filho de um represaliado da guerra que, durante a sua presidência na década de 1980, iniciou o processo de dignificação das vítimas da repressão franquista, exumando os corpos de fuzilados, de uma vala comum existente no cemitério local, trasladando-os para um memorial. Junto a esse monumento realiza-se todos os anos a 21 de Setembro, data da ocupação da vila pelas forças nacionalistas, uma cerimónia de homenagem reunindo sobreviventes republicanos, familiares das vítimas, representantes do poder político local e regional, e associações vinculadas ao movimento de recuperação da memória histórica da Extremadura. Esta comemoração, devido à sua componente performativa envolvendo ritos e símbolos (como a colocação da bandeira republicana na laje do memorial), representa um meio privilegiado no processo de transmissão e conservação da memória no interior do grupo social (CONNERTON, 1999). Assim, e considerando o valor simbólico dessa homenagem, ritualizada e perpetuada no espaço público, a censura ao artigo de António Valero parece não encontrar justificação plau-

¹ Oliva de la Frontera, pueblo extremeño de la provincia de Badajoz, está situado geográficamente al S.O. de la Capital, de la que dista 82 kilómetros. Su término municipal tiene 149,2 kilómetros cuadrados. Es uno de los tantos otros pueblos de Extremadura afectado por la emigración, circunstancia que ha incidido en el descenso de su población; actualmente el número de habitantes es 6.025. Disponível em: <http://www.todooliva.es/> Acesso em: 10 nov. 2006.

² VELLARINO LUNA, F. Cualidades e inquietudes del Olivero. Revista FERIA de Septiembre, Ayuntamiento de Oliva de la Frontera, 1972. CHÁVEZ PALACIOS, J., Guerra Civil en Extremadura, 1936-1939. Operaciones Militares, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 1997. GUTIÉRREZ CASALÁ, J. L., La Segunda República en Badajoz, Badajoz: Universitas Editorial, 1998. - La Guerra Civil en la Provincia de Badajoz. Represión Republicano-franquista”, Badajoz: Universitas Editorial, 2003. ESPINOSA MAESTRE, F., La Columna de la Muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz. Madrid: Critica, 2003. GONZÁLEZ CORTÉS, J. R., Origen y desarrollo de los campos de concentración franquista en Extremadura. Revista de Estudios Extremeños, Nº 1, enero-abril, tomo LXII, Badajoz, Departamento de Publicaciones de la Diputación de Badajoz, 2006.

sível, apesar de ainda persistir nas gentes de Oliva a “cultura do medo” (NARÓTZKY; SMITH, 2002). Essa “cultura”, institucionalizada pelo Estado franquista por meio da repressão violenta e indiscriminada, apoiada em jurisdição militar, em juízos e conselhos de guerra, durante a primeira década do pós-guerra, teve como consequência social o silêncio e a construção de um “discurso apolítico” (NARÓTZKY; SMITH, 2002). Todavia, a participação pública na comemoração atrás enunciada, bem como a adesão às urnas de 84,96 % dos eleitores nas eleições de 2008, vencidas pelo PSOE com 55,28% dos votos, não denunciam o apoliticismo local.³ Por outro lado, o caso do artigo censurado em 2006 serviu para a actual vereação criticar os seus antecessores, publicando no final do texto uma nota explicativa intitulada: “La explicación de las fechas del título”,⁴ reiterando a sua posição na defesa da “recuperação da memória histórica” e evidenciando conflitos entre grupos político-partidários locais.

Nas páginas seguintes vamos discutir alguns problemas suscitados por esse caso, reflectindo sobre o movimento social pela “recuperação da memória histórica”, no qual diferentes grupos políticos e sociais “fazedores da História” e “detentores da Memória” se defrontam num “campo de poder” (BOURDIEU, 2001), lutando pela construção de uma memória contra hegemónica da ditadura franquista. No sentido de compreendermos a permanência do “discurso apolítico”, identificado no trabalho de campo como um problema comum a diferentes terrenos etnográficos (COLLIER, 1997; NARÓTZKY; SMITH, 2002), analisamos o contexto histórico e social de Oliva de la Frontera durante a II Republica e as consequências repressivas do “Glorioso Movimiento Nacional” durante o pós-guerra. Dessa forma estabelecemos uma perspectiva diacrónica entre passado e presente para interpretarmos o processo de “Memorialização” (NARÓTZKY, 2007) da “memória histórica” dos “vencidos da guerra”, como versão consensual reconhecida e aceite por todos os actores sociais, independentemente da complexidade dos conflitos entre grupos, da diversidade de memórias e textos que podem contribuir para a realidade histórica, e da imutabilidade do “discurso apolítico”.

A RECUPERAÇÃO DA “MEMÓRIA HISTÓRICA”: UM CAMPO DE PODER

A recuperação da “memória histórica” em Espanha representa um movimento social constituído por familiares das vítimas do franquismo, organizados em associações locais e regionais, e por uma geração de histori-

³ Resultados Elecciones Generales al Congreso, disponíveis em: <http://www.todooliva.es/>. Acesso em: 10 jan. 2009.

⁴ Revista FERIA de Septiembre de 2007, p.61.

adores que desde os anos 80 renovaram o estudo da guerra civil investigando o seu capítulo mais negro, a repressão. Paralelamente, o poder político liderado pelo PSOE tem ratificado, e simultaneamente controlado, as acções e reivindicações dessas associações com a Ley de Memoria Histórica de España,⁵ enquanto a oposição liderada pelo PP a refuta veemente, receando o julgamento do regime franquista. Cecilio Gordillo, coordenador do projecto Todos (...) los Nombres,⁶ numa reflexão sobre a acção política do movimento, defende que este não é passível de ser movido por ânimos revanchistas opondo uma “memória roja” a uma “memória azul”, a sua importância social reside na construção de uma sociedade democrática plural (GORDILLO, 2007, p.120). Efectivamente, foi o contexto político após a vitória do PP, em 1996, que possibilitou a ruptura do “pacto de silêncio” entre os partidos com representação parlamentar durante o período da “transição democrática” na Espanha. Essa ruptura impulsionou a “geração dos netos”, descomprometida politicamente com a “transição”, a se empenhar na recuperação da memória dos represaliados da guerra civil com valor social. Assim o testemunham os versos de um tema musical de um grupo punk basco: “Somos los nietos de los que nunca pudisteis matar/Somos los nietos de los que perdieron la Guerra Civil” expressando a identificação de uma geração com as suas origens sociais e políticas (DEL RÍO SANCHEZ, 2007, p.109). Essa identificação dos netos com as atitudes e valores dos avós remete-nos para um conceito de “geração” como grupo social, por partilharem uma mesma imagem do mundo implicando uma coincidência temporal, e por estarem activamente empenhados em recuperar a memória dos acontecimentos ocorridos durante a guerra e o pós-guerra, compartilhando idênticas aspirações políticas e sociais (LISÓN-TOLOSANA, 1983). Por outro lado, esta identificação entre duas gerações separadas por um tempo silenciado, suscita o retorno a uma questão formulada por Maurice Halbwachs sobre a oposição entre memória colectiva e História:

Quem sabe se, depois de uma guerra ou de uma revolução, que tenham escavado um fosso entre duas sociedades de homens, como se uma geração intermédia houvesse desaparecido, a sociedade jovem ou a parte jovem da sociedade não se preocupe sobretudo, de acordo com a porção idosa, em apagar os traços dessa ruptura, de reaproximar as gerações extremas, e de manter apesar de tudo, a continuidade da evolução? (HALBWACHS, 2004, p.88).

⁵ Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Ley_de_Memoria_Hist%C3%B3rica_de_Espa%C3%B1a. Ver também: http://leymemoria.mjusticia.es/paginas/es/declaracion_reparacion.html. Acesso em: 10 jan. 2009.

⁶ “Este proyecto se ha elaborado en el marco de las previsiones del Decreto 334/2003, de 2 de diciembre, para la coordinación de actuaciones en torno a la recuperación de la memoria histórica y el reconocimiento institucional y social de las personas que sufrieron la represión en la guerra civil y la posguerra, así como en el Acuerdo del Consejo de Ministros del pasado día 23 de Julio de 2004”. Disponível em: <http://www.todoslosnombres.org>. Acesso: 10 Jan. 2009.

No caso espanhol “a sociedade jovem” pretende reatar a “continuidade da evolução” de uma sociedade democrática, recuperando não apenas a memória dos “vencidos da guerra” como valor social, mas sua própria identidade como nova geração democrata. A participação política e o direito à cidadania, manifestada pela “geração dos netos”, reactivam a dinâmica histórica protagonizada pela “geração dos avós”, aniquilada durante o regime franquista. A “geração intermédia”, de que nos fala Halbwachs, efectivamente “desapareceu” subjugada por uma ditadura que decretou “la muerte civil” (CASANOVA, 2004, p.23) e a passagem de uma etapa a outra, sem que “a memória colectiva tenha em algum momento o sentimento de se interromper”, representa uma luta política ao nível da cidadania. Porém, a ruptura operada pelo golpe militar de 1936 iniciou uma nova Era, marcada pela violência, pela repressão, pelo medo, pelo controlo e depuração social. A reflexão de Halbwachs, quando nos fala em “apagar os traços dessa ruptura”, pressupõe a ligação entre o período histórico da II Republica e o período histórico da “transição” para a democracia, interpretada no sentido da continuidade da participação político-social dos cidadãos, mas nunca no sentido do apagamento da memória do regime franquista.

Esse movimento social encetou uma luta contra o esquecimento, visando a dignificação, a reparação, o direito à justiça e o reconhecimento social e político dos “vencidos da guerra”, assim como o questionamento de uma historiografia oficial que durante anos os olvidou. Como afirmou Jacques Le Goff (1989), uma das grandes preocupações das classes e dos grupos que dominaram e dominam as sociedades com História é tornarem-se senhores da memória e do esquecimento, e “os esquecimentos e os silêncios da História são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva” (p.13). Nesse sentido, a recuperação da “memória histórica” de grupos silenciados durante a guerra civil e a repressão franquista representa uma fonte oral singular e um recurso político para a construção de uma nova historiografia, eliminando o perigo da memória colectiva destes grupos se perder com o seu desaparecimento físico. Mas a memória colectiva não é apenas uma conquista dos grupos sociais, é também “um instrumento e um objectivo de poder” (LE GOFF, 1989, p.46), gerador de diferentes posicionamentos académicos e políticos, mantendo aceso o debate sobre a validade científica da “memória histórica”, escorados na subjectividade e fragilidade da memória dos indivíduos como fonte de conhecimento.⁷

A relação entre História e Memória conduziu os investigadores a uma reflexão sobre a memória, revalorizando a sua importância para o conhecimento de grupos excluídos da História, “os sem voz” (THOMPSON,

⁷ Ver o artigo do historiador Francisco Espinosa disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/7/HISPANIANOVA-2007.pdf> e a resposta do historiador Santos Juliá, disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/7/HISPANIANOVA-2007.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2007.

1989). Nesse processo recuperaram-se os conceitos elaborados por Maurice Halbwachs em 1925, remetendo-nos para a análise de uma memória individual construída e estruturada em identidades de grupo, ou seja, a origem das ideias, das reflexões, dos sentimentos e das paixões, atribuídas às nossas memórias são construídas tomando como referência uma memória colectiva. A vivência em vários grupos sociais, desde a infância, estará na base da nossa memória autobiográfica, mas igualmente importante são as percepções acrescentadas pela memória histórica, porque “os quadros colectivos da memória não se resumem a datas, nomes e fórmulas, representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos o nosso passado, atravessado por tudo isso” (HALBWACHS, 2004, p.71). Para Halbwachs, paralelamente a uma história escrita existe uma “história vivida”, perpetuada ou renovada através do tempo, em que é possível reencontrar outras correntes de pensamento e outras experiências aparentemente desaparecidas, igualmente importantes ao conhecimento das sociedades.

A memória como objecto de estudo permite revalorizar práticas e acontecimentos desvalorizados pelo poder hegemónico, assim como interpretar a acção de indivíduos e grupos excluídos da História, enriquecendo sobremaneira o trabalho histórico e etnográfico, “sirviendo a la vez de impugnación de los modelos autoritarios y unidireccionales de interpretación social” (PUJADAS, 2000, p.129). Em *Los Anarquistas de Casas Viejas*, um estudo etno-histórico centrado no movimento anarquista, Jerome Mintz utiliza as circunstancias e os acontecimentos históricos para interpretar a vida dos trabalhadores rurais e as suas relações na comunidade, na construção de um ideal político-social que constituiu a base do movimento de resistência. Apesar dos acontecimentos de Casas Viejas terem sido tema de diversos trabalhos de historiadores, escritores e jornalistas, grupos detentores da escrita, para Mintz a história do movimento anarquista estava por contar e, por meio da recolha de fontes orais interpretou os acontecimentos dando a voz aos seus protagonistas (MINTZ, 1999).

Em *Socialistas de la Andalucía rural*, George Collier (1997) constrói uma “etnografia serial” para estudar um subgrupo político, os socialistas, centrando a sua análise num tempo passado, do antes ao depois da Guerra Civil de Espanha, “cuando ciertos acontecimientos determinaram de forma decisiva el presente etnográfico” (p.13). Esse estudo, realizado na década 1980, surge como uma redefinição do trabalho de campo realizado em 1963 na povoação de Linares de la Sierra, entendida como uma “comunidade” com uma estratificação social pouco acentuada, sem marcas de conflito. Nessa época, Collier recebia sistematicamente respostas evasivas dos seus informantes, quando os inquiria sobre os acontecimentos da guerra civil: “nosotros no hablamos de política porque esa es la causa por la cual la gente se mata una a otra.” (COLLIER, 1997, p.19), interpretando-as como “discursos apolíticos”. Em *Socialistas de la Andalucía rural* Collier des-

fez o logro, cruzando fontes documentais e fontes orais, integrando os acontecimentos locais num contexto político e económico à escala regional e nacional, relacionando a política local com o contexto das histórias familiares e a estratificação social, concluindo que a repressão do pós-guerra aniquilou os que “tenían ideas”, reduzindo ao silêncio todos os sobreviventes e descendentes (COLLIER, 1997, p.256).

Ao analisar comparativamente fontes documentais (historiográficas, arquivísticas e jornalísticas) e fontes orais, sobre os acontecimentos ocorridos em Ronda durante a guerra civil de Espanha, John Corbin conclui que a narrativa de um acontecimento é sempre condicionada pelas circunstâncias que assistem à sua produção, ou seja, o narrador selecciona os elementos que melhor correspondem às expectativas da audiência a quem se dirige, demonstrando que o acontecimento não contém em si nenhuma neutralidade ao ser socialmente fabricado, sendo apropriado de diferentes formas pelo conjunto da sociedade. E que essas apropriações podem entrar em conflito umas com as outras, considerando que nenhum acontecimento se pode definir sem ter em conta as dominações e submissões no seio da sociedade, a multiplicidade de prescrições face à ordem social, e as situações económicas e políticas que o geraram (FARGE, 2000). Nessa perspectiva, qualquer narrativa do passado comporta sempre uma dupla construção e uma dupla verdade, “*the truth of the tale is its historical truth; the truth of its telling is its mythical truth.*” (CORBIN, 1995, p.609). Essa interpretação reforça por sua vez as palavras de Robert Frank, quando nos diz que a história trata do passado para o desmistificar e tornar inteligível no presente, enquanto a memória atribui ao passado uma coerência mítica em relação ao presente, de modo a ajudar o indivíduo ou o grupo a viver, ou a sobreviver (FRANK, 1992). Contudo, é tão absurdo um cientista social, que se dedique a fazer História, renunciar aos testemunhos orais, como seria absurdo que renunciasse aos testemunhos escritos (VALCUENDE DEL RÍO, 2007), considerando que tanto a memória como os documentos são socialmente construídos, não havendo diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral (POLLACK, 1992). Enquanto fonte histórica a memória deve ser sujeita aos requisitos metodológicos aplicáveis a qualquer outro género de fonte (ARÓSTEGUI, 2004). Nesse sentido, não existe uma História oral e uma História escrita, mas simplesmente História, construída em função do paradigma utilizado e de distintas perspectivas teórico-metodológicas, com base nas quais se constroem os discursos históricos no tempo presente. Mais, as memórias de determinados acontecimentos históricos tornam-se fundamentais para entendermos o que Ángel del Río define como “culturas políticas”, transmitidas de geração em geração, como capital simbólico fundamental à compreensão da acção sociopolítica e em última instância à compreensão da própria História (VALCUENDE DEL RÍO, 2007, p.28). Mas, se uma sociedade não dispõe de meios para fixar a memória do passado, a tendên-

cia da memória social será suprimir o que não é significativo ou intuitivamente satisfatório nas memórias colectivas do passado, interpolando ou introduzindo “o que parece mais apropriado, ou mais em conformidade, com determinada concepção do mundo” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p.78). Nesse processo de recuperação da memória histórica da guerra civil e da ditadura, a construção de uma versão institucionalizada e consensual tem servido sobretudo para escamotear e adiar o julgamento do regime por crimes contra a humanidade, como a efémera “Comisión Interministerial para el estudio de la situación de las víctimas de la guerra civil y del franquismo”, liderada pelo juiz Baltasar Garzón.⁸

the process of ‘Memorialization’, simplifying multiple intertwined conflicts, is meant in fact to occlude the structural processes of differentiation and struggle that still pervade society, proposing instead a vague and generic confrontation – expressed in terms of a moral dichotomy – between ‘good’ (Democracy) and ‘bad’ (Fascism), (...) reducing the real complexity of confrontation and struggle, and the structural dynamics that produced them, to ‘elements of a symbolic, evocative, conceptual character’ that are ‘easily recognizable and acceptable for all the social actors’, the institutional program of Recuperation of Historical Memory contributes to a banalization of historical reality. (NARÓTZKY, 2007, p.424)

Em nosso entender, o movimento pela recuperação da memória histórica pode ser interpretado como um “campo de poder”, conceito indispensável para a compreensão do universo relacional e espaço de relações de força entre diferentes espécies de “capital” (BOURDIEU, 2001, p.33). Neste “campo de poder” todos os actores sociais manipulam a sua “taxa de câmbio” em função de interesses de grupo, fazendo valer a sua “verdade”, pois como nos diz Bourdieu “se existe uma verdade, a verdade é um campo de lutas” (BOURDIEU, 2001, p.61). Neste “campo de lutas”, alguns académicos enleiam-se nas teias do debate científico, reanimando a antinomia positivismo/humanismo, procurando fazer triunfar as suas interpretações em nome da objectividade e da “verdade histórica”. Mas a “verdade histórica” representa apenas um objectivo científico, pois existem muitas “verdades” que nos podem ajudar a criar uma interpretação global sobre um fenómeno histórico (VALCUENDE DEL RÍO, 2007, p. 28). Compete aos investigadores reflectirem sobre os seus papéis de actores sociais, analisando e interpretando a complexidade da dinâmica histórica, recusando a construção de versões consensuais ocultadoras de conflitos político-sociais latentes. O caso do artigo recusado em Oliva de la Frontera serve-nos como exemplo dessa realidade social, quando grupos político-partidários lutam pelo controle de uma “memória histórica” consensual, ocultando a complexidade dos conflitos que marcaram os acontecimentos e a memória local.

⁸ Disponível em: <http://www.h-debate.com/Spanish/historia%20inmediata/memoria/autogarzon.pdf>. Acesso: 30 nov. 2008.

O ESPAÇO E O TEMPO DOS ACONTECIMENTOS EM OLIVA

Oliva de la Frontera é um município pertencente à província de Badajoz, região da Estremadura, fronteira com a província portuguesa do Baixo Alentejo e a província de Huelva (região da Andaluzia). A Norte é limitado por Zahinos e Villanueva del Fresno, a Sul com Barrancos (Portugal) e Encinasola (província de Huelva), a Este com Jerez de los Caballeros, a Oeste com Valencia del Mombuey, e Mourão (Portugal). Com uma superfície de 149km² tem actualmente cerca de 6.400 habitantes.⁹ Em 1936 a população era de 12.000 habitantes, que se dedicavam maioritariamente à agricultura e à ganadaria. As relações de produção do capitalismo agrário pré industrial reproduziam as relações de classe, e consequentemente a expressão política de conflitos sociais como consciência de classe (COLLIER, 1997).

População de Oliva de la Frontera

	Residentes				Transeuntes		População de Facto	População de Direito
	Presentes		Ausentes		Homens	Mulheres		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres				
Censo 1930	5.728	5.512	141	128	19	3	11.262	11.509
Censo 1940	5.347	5.929	535	324	35	19	11.330	12.135

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de España (INEE)

No espaço fronteiriço da Andaluzia e da Estremadura, comparativamente similar ao espaço geográfico do Baixo Alentejo, encontramos uma estrutura socioeconómica sustentada em oligarquias de base agrária e num caciquismo “estabilizador” e repressivo, contra o qual surgiram ao longo do tempo permanentes convulsões sociais (LACOMBA, 1981). Na Andaluzia e Estremadura os movimentos sociais organizaram-se em sindicatos agrários, na luta pela distribuição e repartição de terras, enquanto em Portugal os movimentos de trabalhadores rurais lutavam por melhores salários e melhores condições de trabalho (OLIVEIRA BAPTISTA, 2004). Mas, apesar das diferenças nos conteúdos reivindicativos, em ambos os lados da fronteira a posse da terra constituía “a pedra angular da estratificação social.” (CUTILEIRO, 2004, p.23).

El sistema productivo latifundista establece las posiciones sociales respectivas de propietarios y obreros, y fija el carácter de las relaciones

⁹ Fonte INEE, Censo 1930, disponível em: <http://www.ine.es/inebaseweb/pdfDispacher.do?td=107434&ext=.pdf>. Censo 1940, disponível em: <http://www.ine.es/inebaseweb/pdfDispacher.do?td=117827&ext=.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2009.

entre ellos. Las actitudes y creencias respectivas pueden explicarse a partir de las relaciones de producción, es decir, de las relaciones que los hombres establecen para producir. (MARTINEZ ALIER, 1968, p. 333).

Ao longo do processo histórico o sistema latifundista fomentou permanentes crises de desemprego rural, originando conflitos e diferentes “visões do mundo” (MARTÍNEZ GARCÍA, 1992), exigindo estratégias de resistência individuais e colectivas por parte dos trabalhadores, tentando satisfazer interesses imediatos como trabalho e subsistência, “incluso con la transgresión de la ley” (BAUMEINSTER, 1996, p.374). Mas, com a implantação da II República em Espanha, criaram-se espaços de liberdade, permitindo a manifestação de conflitos sociais latentes.

Resultados eleitorais de fevereiro de 1936, e ocupação de terras entre março e abril de 1936¹⁰

Habitantes	Eleitores	Votantes	Votos Dereita	Votos Esquerda	Herdades Ocupadas	Total (Ha)	Y unt.
14.000	7.225	4.655	1.660	2.995	16	2.103	1.420

A Reforma Agrária representou uma esperança para os trabalhadores sem terra, e simultaneamente uma ameaça para os proprietários, os trabalhadores rurais radicalizaram-se e os pequenos arrendatários da Estremadura converteram-se no grupo mais politizado do campesinato espanhol (MALEFAKIS, 1972). A partir de novembro de 1932, a actuação do Instituto da Reforma Agrária (IRA) permitiu criar o aparato legal para a implementação da Reforma Agrária, com o levantamento e registo de propriedades a expropriar, e com o Censo dos possíveis beneficiados. Porém, não conseguiu resolver o problema dos rendeiros e dos jornaleiros apenas com a distribuição de terras, pois era necessário fornecer-lhes meios para as poderem cultivar. Por outro lado, o boicote patronal à Reforma Agrária manifestou-se desde 1933, logo após o decreto de 23 de janeiro, impondo aos proprietários e arrendatários a renovação dos contratos dos rendeiros nas mesmas condições (ESPINOSA, 2007). Com o trabalho dos rendeiros os latifundiários asseguravam o máximo rendimento das suas propriedades, mediante a optimização da unidade de exploração, beneficiando dos resultados de produção de um trabalhador absolutamente dependente da rentabilidade da dita exploração.

En el contexto político de la 2ª República, en Oliva de la Frontera, tras las elecciones municipales de febrero de 1936, la corporación radical-cedista con su alcalde Antonio Morcillo Cuevas, da paso a la vencedora en las urnas corporación republicano-socialista, que elige como alcalde a Emiliano

¹⁰ Dados recolhidos do quadro publicado (ESPINOSA, 2007, p.291).

Romero Coronado. En su primer pleno, se aprobó la depuración (destitución) de todo el funcionariado anterior y que como era lógico era afín a la anterior corporación. Esta corporación si bien en un principio toma medidas para intentar paliar el grave problema del paro campesino, su labor en general es poco fructífera en cuanto a que se llega a reunir muy pocas veces.¹¹

Em Oliva de la Frontera o conflito entre rendeiros e proprietários colocou frente a frente 300 proprietários e arrendatários e 1.500 rendeiros, cerrados em banda, tomando proporções de tal gravidade que foi necessário solicitar a intervenção do Governador Geral, “pero este no se atrevió a adoptar medidas enérgicas contra los primeros.” (ESPINOSA, 2007, p.52). Mas o número de expropriações era manifestamente insuficiente para o número de trabalhadores sem terra, apesar dos habitantes de Oliva de la Frontera usufruírem das terras comunais da Defesa.

Las dehesas han tenido gran importancia en Oliva de la Frontera a lo largo de toda su historia. La Dehesa Boyal, de 2.230 fanegas, poblada de alcornocues. No se labraba y el pasto y la bellota los aprovechaban los vecinos con su ganado de labor. El sobrante se vendía entre ellos por reparto realizado por el Ayuntamiento. La de los Ejidos y Reejidos, de 1.900 fanegas. La bellota y hierba se dedicaba a los propios. Los vecinos tenían propiedad de las tierras para sembrarla cuando deseasen sin pagar renta, terrazgo ni pensión alguna. (...) El aprovechamiento ganadero es el mismo que se ha venido haciendo desde la Edad Media, únicamente que se ha observado una disminución del número de cabezas de ganado porcino.¹²

Mas, apesar de o regime de exploração comunal minorizar a assimetria económica, não satisfazia as necessidades da mão-de-obra rural em Oliva, por isso foram expropriadas e distribuídas pelo IRA, entre 1932 e 1935, seis propriedades com uma superfície total de quatro hectares, ficando registado em inventário, para futuras intervenções, três propriedades num total de 269 hectares. Esses acontecimentos provocaram conflitos locais entre proprietários, rendeiros e jornaleiros, cujas repercussões estão hoje sujeitas a diferentes interpretações, conforme o posicionamento social e político dos indivíduos.

La reforma agraria fue un mito, aquello de la reforma agraria fue un momento de comunismo, la reforma agraria que conocí aquí era ir labrar la tierra que no era suya sien los dueños saber de nada, y aquí no hube otra reforma agraria. Aquí lo pueblo tenía y tiene unas 18.000 fanecas de tierra que son propiedad del Ayuntamiento, fueran derechos de siempre que fueran cedidos por los Duques. Aquí había una clase media alta, pero aquí no había duques o marqueses ni tensiones, las tenciones eran con arrendatarios que arrendaban las propiedades

¹¹ Disponível em: <http://www.todoooliva.es/historia/index.htm>. Acesso em: 10 out. 2006.

¹² Grupo de Trabajo “Conocer la Dehesa”, Disponível em: <http://www.todoooliva.es/historia/index.htm>. Acesso em: 10 out. 2006.

de otros y vivían de ellas no tenían trabajadores, tenían gente mas sin propiedades suyas y siempre en otros termitos de la población. (Manolín).¹³

No estudo da Campina de Córdoba, Martínez Alier (1968) diz-nos que as terras expropriadas pelos trabalhadores, com aprovação do IRA, pertenciam sobretudo a duques e marqueses abstencionistas e todas propriedades onde se iniciaram projectos de colectivização ficaram sujeitas ao decreto de setembro de 1936, exigindo a devolução de terras expropriadas pelo IRA, mais tarde compradas por grandes lavradores locais (MARTÍNEZ ALIER, 1968). O mesmo aconteceu em Oliva de la Frontera em finais de 1936, ao serem devolvidas aos anteriores proprietários sete das propriedades ocupadas e registadas pelo IRA.

O processo de colectivização representou uma realidade histórica de curta duração, aniquilada ainda durante a II República e após o golpe militar, “la Reforma Agraria como la República que la creó, fueron borrados del mapa” (ESPINOSA, 2007, p.278). Paradoxalmente, após a guerra civil a Reforma Agrária, continuou na agenda governamental, liderada pela Falange, vinculada às palavras de ordem do seu antigo dirigente José António Primo de Rivera: “La reforma agraria es la reforma total de la vida española” (MARTÍNEZ ALIER, 1968, p.59). Todavia, o Estado franquista legitimava o direito da propriedade latifundiária, apostando num arrendamento que garantisse um desenvolvimento económico significativo, cujo objectivo era a criação de propriedades familiares em terras arrendadas a proprietários abstencionista, adiando sistematicamente o “reparto”, tão demagogicamente prometido aos trabalhadores sem terra.¹⁴

REVOLUÇÃO, RESISTÊNCIA E CONFLITOS: A ACÇÃO DOS COMITÉS

Para alguns historiadores existe uma correlação entre os movimentos sociais pela distribuição e ocupação de terras e a política de violência e repressão do “Glorioso Movimento Nacionalista”, apostado em expurgar politicamente todos os opositores. O confronto entre os nacionalistas e os defensores da legitimidade da II República converteu-se, segundo o histo-

¹³ Manolín (pseudónimo) nasceu em Oliva de la Frontera em 1927, filho de um pequeno rendeiro. Começou a trabalhar aos nove anos guardando porcos, aos treze dirigia uma parelha de mulas, trabalhando de sol a sol, mas sempre dentro do grupo familiar. Aos dezesseis anos inicia-se no contrabando, y así fue creciendo y levando una clase de vida que segundo otros les llamaban buena, porque teníamos para comer las tres veces de cada día, mientras otros pobres no la podían a ter por las circunstancias del pos-guerra. Excerto da entrevista realizada em sua casa de Oliva de la Frontera, dia 13 de junho de 2008.

¹⁴ O discurso do Generalíssimo Francisco Franco, ao Consejo Nacional de la Falange a 1 de outubro de 1943, é claro nas suas intenções: “La solución del problema social de la tierra nos obligará a conjugar tres intereses: el económico de la nación, traducido por el aumento y la mejora en la producción; el social, que satisfaga las necesidades y los anhelos de las clases campesinas mejorando sus condiciones de vida, y el de la justicia, con el respeto a los derechos legítimos de la propiedad” (MARTÍNEZ ALIER, 1968, p.58).

riador Santos Juliá, numa luta de classes pelas armas, transformando-se numa guerra entre fascismo e comunismo, caracterizada como guerra de “rebelión y revolución” (JULIÁ, 1999, p.17). Por outro lado, a necessidade de alianças conferiu à sublevação militar nacionalista características e consequências muito diferentes, conforme o território que se pretenda analisar. Na Andaluzia e na Estremadura foi patente a aliança entre o exército insurreccional e os proprietários rurais, na repressão de trabalhadores e jornaleiros. Nessas regiões as organizações sindicais e políticas estavam bem implantadas e determinadas na defesa da República e o resultado do confronto entre duas forças antagónicas produziu efeitos mais devastadores do ponto de vista humano, comparativamente a outras regiões que aderiram ao golpe militar.

Francisco Cobo Romero (2004) estabelece uma correlação entre o nível de repressão e o nível de implementação de estruturas de base republicanas, defendendo como principal objectivo do golpe militar a destruição de todas as estruturas sociais reivindicativas dos trabalhadores e a eliminação de uma classe específica, os jornaleiros (COBO ROMERO, 2004). Francisco Espinosa defende que “la ola de violencia que asoló las regiones controladas por los sublevados desde un primer momento fue consecuencia de un plan previo de exterminio” (ESPINOSA, 2003, p.115). Por outro lado, Santos Juliá, reafirmando a sua teoria de “rebelião e revolução” advoga que, perante a rebelião de sanguinários militares dispostos a exterminar em massa dirigentes, filiados e simples simpatizantes dos sindicatos e partidos de esquerda, encurralando-os e fuzilando-os como gado em praças de touros, respondia a revolução liderada por milicianos, membros de comités de defesa, que procediam à detenção de burgueses, proprietários, terratenentes e curas fuzilando-os de forma sumária, “matar campesinos era la prueba irrefutable del restablecimiento del orden; matar curas demostraba que la revolución estaba em marcha y ningún poder sobre la tierra seria capaz de detenerla” (JULIÁ, 1999, p.25).

Muestra del agitado clima existente, es lo sucedido el 14 de abril de 1936 en el que un grupo de 26 personas encabezados por José Caraballo Uma, acordó alzarse para destituir a todos los funcionarios públicos de la localidad recientemente nombrados y reponer a los anteriores. A la señal convenida de un toque de campanas del Ayuntamiento se congregaron en la plaza del pueblo y acordaron ir al domicilio de los primeros. Fueron sacados de casa y obligados a renunciar. También asaltaron el juzgado municipal, el Sindicato Agrícola y la Escuela Nacional. Ocasionaron importantes destrozos en la línea telefónica. Mientras, las autoridades permanecieron inactivas dejando sin control la situación. También, el 21 de mayo de 1936, varios simpatizantes de Falange española recaudaron fondos, entre personas afines a sus ideales en el pueblo, para adquirir armas de fuego. Para ello, se pusieron en contacto con unos contrabandistas.¹⁵

¹⁵ Disponível em: <http://www.todooliva.es/historia/index.htm>. Acesso em: 10 out. 2006.

Na sequência dos acontecimentos foram detidos em Oliva de la Frontera cinquenta indivíduos do sexo masculino, proprietários e falangistas identificados como simpatizantes ou apoiantes do golpe militar. A Causa General de Oliva descreve que foram encarcerados na prisão municipal, “un calabozo inmundo”, denunciando a ação do Comité por ter proibido as criadas de levarem comida aos presos, obrigando os familiares ao vexame público (ESPINOSA, 2003, p.192). Porém, devido às condições de insalubridade, todos os detidos de direita foram transferidos da prisão local para as escolas, actual Biblioteca Municipal, por decisão do Alcaide e da ação do cabo carabineiro Fermín Velásquez.¹⁶ Mas, apesar da pressão psicológica exercida para confessarem o nome dos financiadores do golpe, assim como o paradeiro das armas adquiridas meses antes, não se registou qualquer vítima entre os apoiantes e simpatizantes nacionalistas.

Após a “conquista de Badajoz” em agosto de 1936 e com o avanço das forças nacionalistas sobre as localidades vizinhas, inicia-se um período de grande agitação política, em que o medo e a incerteza marcavam os dias e a ação dos indivíduos, por meio de rusgas, saques, perseguições e detenções de simpatizantes ou apoiantes do golpe militar, denominado por período do “terror rojo”. Nesse período a Igreja Matriz de Oliva de la Frontera foi transformada em quartel dos milicianos, destruindo-se algumas imagens, a casa de Marcelina Durán, onde estava instalada a Casa de Caridad foi assaltada, assim como o armazém do Sindicato Católico Agrário e a Sociedad de Granaderos y Labradores (ESPINOSA, 2003). Todos os locais estavam conotados com os representantes do poder; da igreja, das beneméritas senhoras que expiavam o sentimento de desigualdade social pela caridade, e dos proprietários da terra.

Mi padre estaba en Pozo Campo porque él era guardia de frontera, le decían carabineiro, de frontera, entonces el Alcalde lo manda llamar para que venir por orden en el pueblo, porque en el pueblo los que venían eran de fuera, eran de esas turbas que venían arrasando, que no eran del pueblo. (Gracia).¹⁷

Paralelamente, a chegada de grupos de milicianos provenientes de outras localidades ocupadas pelos nacionalistas veio alterar ainda mais a dinâmica interna das relações sociais, alimentando ânimos mais exaltados e

¹⁶ Fermín Velásquez nasceu em Oliva de la Frontera a 3 de Março de 1897. Em 1920 ingressou no Cuerpo de Carabineros e em 1924 casou com Valeriana García, natural da mesma vila, de quem teve seis filhos. Em 1926 foi promovido a cabo carabineiro, e em 1933 assinou e cumpriu o juramento de ser “fiel a la Nación y leal al Gobierno de la Republica Combateu na defesa de Badajoz integrado na coluna militar do general Puigdemolles, e regressou a Oliva após a vitória nacionalista, sendo nomeado pelo Alcalde para restabelecer a ordem pública e organizar a resistência.

¹⁷ Gracia Velásquez nasceu em Oliva de la Frontera em 1931, filha do cabo carabineiro Fermín Velásquez e de Valeriana García. Excerto da entrevista realizada em Badajoz, no dia 4 de outubro de 2008.

a hipótese de serem eliminados todos os detidos conotados com a direita. Intensificaram-se interrogatórios e intimações, colocando bidões de gasolina junto à prisão com ameaças de lhes pegar fogo, ou de dinamitarem o local com os presos dentro, acontecimentos que nunca se vieram a concretizar. A 30 de agosto foram libertados todos os detidos por ordem do Comité de Defesa presidido pelo Alcalde Emiliano Romero, “para evitar desenlaces no desejados” (ESPINOSA, 2003, p.193). Mas esses acontecimentos permanecem ainda na memória dos habitantes de Oliva suscitando diferentes interpretações, quer enaltecendo a acção de grupos com os quais se identificaram politicamente, quer justificando a violência nacionalista subsequente, atribuindo responsabilidades a ambos os “bandos de guerra”.

Pusieran en la iglesia, y en una escuela metieran a la gente de la derecha y entonces lo rodearan, para ahí lo tengo escrito, con gasolina que lo pusieran al redor, que pusieran para les metieren miedo, entonces mi padre cuando vino, poquito todo aquello y salvó el pueblo de todas las cosas. (Gracia).

Aquí no se fusiló a nadie de derechas. (Manuel Méndez).¹⁸

Colocaran bidones de gasolina en la puerta para quemarlos vivos y en parte hiso es que influía a cierta base de fusilamientos(...) no cometerán ningún crimen, porque yo creo que fue una topeta de ignorancia, yo saco a la ignorancia lo que se comete en el pueblo y que noventa por ciento o ochenta por ciento de la gente que practicaba la política en aquellas fechas no sabía leer ni escribir, crean en que los otros les decían.(...) Yo pienso que fue parte de la ignorancia los errores que se cometieran, fue una cosa bárbara. (Manolin).

En Oliva los milicianos encarcelaron a cuantas personas tildadas de enemigos del régimen republicano, e incluso trataron de dinamitar el local destinado a cárcel con los presos dentro. (...) Durante la Guerra Civil hubo tropelías por parte de los dos bandos en toda España.¹⁹

Durante esse período conturbado formaram-se dois comités populares antifascistas, reunindo representantes de diversas forças políticas, o primeiro presidido pelo Alcalde socialista Emiliano Romero Coronado que organizou uma milícia de 300 homens dirigido pelo cabo carabineiro Fermín Velázquez. E um segundo comité organizado após 15 de setembro dirigido por Manuel Murillo García, que também terá assumido a direcção do Ayuntamiento (VALERO, 2006, p.51). Porém, segundo o “Informe da Causa General sobre *los rojos* de Oliva de la Frontera”, o Alcaide nomeado, em substituição de Emiliano Romero foi Manuel Matamoros Pombero, identificado como: “presidente del Comité Rojo, muy destacado durante el tiempo

¹⁸ Manuel Méndez García nasceu em Oliva de la Frontera em 1916, seus pais eram trabalhadores rurais. Ainda muito jovem filiou-se na Confederação Nacional de Trabalhadores. Em 1936 pertencia ao Comité de Defesa de Oliva. Excerto da entrevista realizada em sua casa, dia 16 de junho de 2006.

¹⁹ Excerto de manuscrito inédito de três páginas dactilografadas, cedido por Felipe Vellarino, a quando da nossa primeira conversa informal a 13 de junho de 2008, em Oliva de la Frontera. Esse texto destinou-se a uma conterrânea, sua amiga, para um trabalho sobre as memórias da guerra civil de Espanha, numa Universidade Sénior de Madrid.

que desempeñó dichos cargos” (ESPINOSA, 2003, p.193). O cruzamento das investigações realizadas por diferentes historiadores suscita uma reflexão sobre a instabilidade política vivida em Oliva de la Frontera, hoje percebida nos seguintes termos:

Los diferentes partidos que habían en aquella fecha eran socialistas, republicanos, comunistas, UGT, Comisiones Obreras y algunos anarquistas, como debe comprender era un caos entre ellos, ellos mismo no se entiendan, todos a mandar y nada más. (Manolin).

Logo también en el Ayuntamiento estaban, porque decían que el Alcalde se iba con el dinero del pueblo, y todos estaban para que lo querían matar, y me padre se puso con los braceos abiertos en delante del pueblo diciendo: ¡Respetarme! ¡Respetarme! ¡Respectarme! Así y todo, pasó una bala por entre lo braceo de mi *padre* y *mató a un*, eso de los mismos de izquierda, que fue la única muerte que hube en el pueblo de la parte de eso. (Gracia).

O acontecimento narrado por Gracia, demonstrando a acção pacificadora de seu pai durante o conflito, permite interrogar-nos sobre a morte do concejal socialista Francisco Márquez Ramos, um trabalhador rural de quarenta e cinco anos “muerto por herida de bala en la puerta del Ayuntamiento unos días antes de la ocupación nacionalista”. Segundo o historiador Francisco Espinosa a morte ocorreu a 15 de setembro e “ninguna outra fuente trata este hecho” (ESPINOSA, 2003, p. 193). Mas esse acontecimento permanece silenciado nas gentes de Oliva por evidenciar conflitos internos nos comités anti-fascistas, sendo referido em breves versões historiográficas contraditórias, remetendo para o período de “terror nacionalista” ou dissimuladas pelas testemunhas, atribuindo responsabilidades a um “sujeito desconhecido”.

Un carabinero que vna no sé de donde pegó un tiro el segundo Alcalde a la puerta del Ayuntamiento y lo mató, porque no se entendían entre ellos mismo por motivos que desconozco, sé que era una coligación política que era un trío, con nove anos me recuerdo perfectamente del tiro, se le pegó un tiro. (Manolin).

Oliva de la Frontera, última das populações fronteiriças estremenhas a ser ocupada pelos nacionalistas, tornou-se num centro de resistência republicana, reunindo na vila e zonas limítrofes milhares de refugiados provenientes de povoações vizinhas e da província de Huelva, fugidos ao avanço das forças nacionalistas. Os comités de Defesa de Oliva constituídos por diferentes grupos político-partidários tiveram de prestar apoio às necessidades de alimentação e alojamento desses milhares de refugiados, justificando os assaltos atrás enunciados perpetrados aos armazéns e celeiros dos proprietários mais abastados. Fermín Velázquez escreve nas suas memórias que tentou repor a confiança no grupo de resistentes e simultaneamente restabelecer a ordem pública, contrariando acções violentas alvitadas por elementos de grupos políticos de outras localidades.

Con la Sección que mandaba y milicias del Ayuntamiento se empoza a formar columna, marchando a Santa Bárbara y varias partes más con el fin de poder restablecer la confianza que hallaba perdida y por haberse empezado a hacer saques en despoblado. (...) Se organizó un Escuadrón de Caballería con los carabineros y milicianos con los que nos encontrábamos por toda parte en constante movilidad en espera de que nos llegasen refuerzos y a pesar de que nunca nos llegaron las autoridades portuguesas nos bautizaron con el nombre de “Columna Fantasma.” (Fermín Velázquez)²⁰.

A 21 de setembro de 1936, após a ocupação de Oliva de la Frontera pelas forças nacionalistas, encurralados entre o fogo dos sublevados e a fronteira portuguesa, centenas de republicanos decidem passar a fronteira sem a garantia de serem recebidos pelo governo de Salazar como refugiados políticos.

Resulta que a la media noche le dijeran: señor Fermín ¡va a ter con sus hijos porque está puesto en la lista para máta-lo! De los primeros. ¿Cómo ha sido eso cuando ha salvado todo el pueblo? Entonces, pues fue cuando nos fuimos a Portugal y estábamos todas las personas en un matorral, estábamos los niños, las mujeres y todo, y los nos tiroteaban de la parte dese. Fue cuando fuimos al barco y nos fuimos a Tarragona. (Gracia)

Na fronteira de Barrancos os militares portugueses possibilitam a sua permanência em território português protegendo-os das forças nacionalistas, até ser decidido oficialmente o seu destino. O comandante da Secção da Guarda Fiscal de Safara²¹ assume a responsabilidade de improvisar um “campo de refugiados” na herdade da Coitadinha, no qual Fermín Velázquez assume o papel de mediador entre os seus companheiros e as autoridades portuguesas, recolhendo verbas para aquisição e distribuição de alimentos, e defendendo os interesses dos seus compatriotas. Mas, além do campo da herdade da Coitadinha, reconhecido oficialmente pelo Governo de Salazar, o tenente Seixas permitiu a concentração de mais três dezenas de refugiados na herdade das Russianas à revelia do poder central, decerto alarmado pela onda de violência no outro lado da fronteira.

Em Oliva inicia-se um período de terror que trespassa a fronteira portuguesa através de relatos de fuzilamentos de parentes e amigos, contribuindo para portugueses e espanhóis partilharem da emoção colectiva do

²⁰ Excerto das memórias manuscritas de Fermín Velázquez, documento inédito de vinte e nove páginas, gentilmente cedidas por sua filha Gracia.

²¹ António Augusto de Seixas nasceu em Montalegre, Distrito de Vila Real a 29 de setembro de 1891. Em abril de 1928 foi promovido a tenente da Guarda Fiscal e em 1932 foi transferido do Gerês, por motivo disciplinar, para o comando da Guarda Fiscal da Secção de Safara. Em 1936 era responsável operacional pela vigilância e controle da fronteira de Barrancos, coordenando as forças do Exército e da Guarda Nacional Republicana. Na sequência da sua acção para com os refugiados espanhóis passou à situação de reforma em novembro de 1936, por motivo disciplinar. Foi reintegrado em janeiro de 1938, e colocado no comando da Secção da Guarda Fiscal de Sines.

conflito, criando relações e interacções, confrontações e fenómenos de consentimento (FARGE, 2002). Por vezes chegavam aos campos informações contraditórias trazidas por familiares, de que podiam regressar a suas casas em segurança, mas todos aqueles que o fizeram foram fuzilados. Oficialmente foram identificados pelas autoridades portuguesas 773 refugiados na herdade da Coitadinha, homens, mulheres e crianças provenientes de povoações vizinhas, entre os quais 294 de Oliva - desconhecendo-se o número de refugiados dessa povoação no campo das Russianas. Durante a sua permanência nos campos de Barrancos, entre 22 de setembro e 8 de outubro, instalou-se o “terror nacionalista” com a “caça ao homem” e o fuzilamento de trinta pessoas no cemitério de Oliva de la Frontera.

Los fusilamientos eran un comentario diario, hoy mataran a fulano, mataran la no sé quién ¿Y por qué? No sabemos. Otro comentario: Han matado tal y tal ¿Ese, por qué ese? Eran cosas que no tenían explicación, sí, posteriormente lo tenían explicación... (Manolín).

A violência e o terror marcaram uma ruptura na vida social impondo uma nova temporalidade, alterando as ligações ao passado e ao futuro. A partir dessa ruptura os campos da memória e do possível foram reabertos, por referência a novos princípios de inteligibilidade, colocando novas bases ao sentido da lei e da vida, assinalando o início de uma nova “Era” (BENSA; FASSIN, 2002). Na sequência dos acontecimentos e devido a pressões políticas internacionais, Salazar foi forçado a negociar com o governo republicano o repatriamento destes refugiados para o porto de Tarragona, quando anteriormente o destino dos refugiados republicanos tinha sido a entrega aos nacionalistas²² e os subsequentes fuzilamentos sumários (SIMÕES, 2007).

○ TERROR DO PÓS-GUERRA E O REGRESSO DOS “VENCIDOS”

Manuel Méndez García vive sozinho apoiado pelos filhos e netos, compartilhando a rotina dos dias com os amigos do Centro de Jubilados e a tranquilidade da sua casa. Como resistente republicano, tem sido objecto de entrevistas por parte de jornalistas e investigadores espanhóis e portugueses, mas recusa-se a falar sobre a morte do tenente alcalde socialista em 1936. Nessa época era filiado na Confederação Nacional de Trabalhadores,

²² Segundo as ordens de Salazar os militares espanhóis seriam desarmados e entregues aos comandos militares mais próximos, permanecendo em presídios até ser encontrado, ou negociado, o seu destino. Os refugiados civis seriam identificados pela Secção Internacional da P.V.D.E. que faria a triagem em função das informações recebidas pelos falangistas. A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (P.V.D.E.) foi reorganizada em 1933 na dependência do Ministério do Interior. A guerra civil de Espanha (1936-1939) marcou um ponto de viragem na acção da P.V.D.E., assumindo um conteúdo ideológico definido, orientado para o combate ao comunismo (SIMÕES, 2007).

uma das organizações políticas com maior implantação local, assim como o seu irmão mais velho. Durante o período de resistência política pertenceu ao Comité de Defesa de Oliva, mas o seu nome não consta da lista: “Informes sobre Los rojos de Oliva de la Frontera”, elaborada pelos falangistas, apenas seu irmão José é identificado como “miembro de uno de los Comités, de Izquierda Republicana” (ESPINOSA, 2003, p.193).

Recordo-me de fugirmos daqui, assim, com a roupa do corpo, com o meu irmão e outros companheiros, éramos uns quatrocentos ou quinhentos que estávamos para ali. (...) Estavam atirando tiros e o tenente, da republicana, montou a cavalo dizendo para que não atirarem tiros para ali. E com esse tenente se foram, e pararam de atirar. (...) Quando acabaram os tiros mandaram-nos mais para trás, e havia guarda a cercar-nos (...) Essa força que estava ali portou-se bem connosco, mas houve outras que não se portaram bem. Em Barrancos salvaram muita gente, mas em outros sítios não salvaram. (Manuel Méndez Garcia).

Do campo de refugiados da herdade da Coitadinha, Manuel, seu irmão e seus companheiros foram transportados para Moura, onde recorda ter estado na Praça de Touros e daí apanhar um comboio para Lisboa, de onde, no navio Nyassa, rumou a Tarragona. Em Tarragona ingressou na coluna Sur-Ebro, uma coluna anarquista que combateu na zona de Aragão, onde conheceu o processo revolucionário e a colectivização campesina. Quando as milícias se integraram no exército republicano Manuel foi Comissário de Companhia. No final da guerra foi sujeito a um Processo Sumário e esteve preso em Valência e Albacete, onde conheceu todo o tipo de represálias, passou fome e testemunhou o fuzilamento dos seus companheiros. Manuel atribui a sua sobrevivência ao facto de ser sapateiro, profissão muito requisitada, por isso passou pelos Batallones Disciplinarios, onde os presos eram obrigados a trabalhar gratuitamente para o regime franquista. Em 1943 regressou a Oliva e montou uma taberna, dedicando-se ao contrabando com os vizinhos portugueses de Barrancos. Casou em 1944, teve filhos e durante os anos de liberdade condicional foi obrigado a apresentar-se todos os dias no Quartel da Guarda Civil, numa prática de humilhação sistemática imposta aos “vencidos”.

Gracia Velázquez nasceu em Oliva de la Frontera em 1931 e vive actualmente em Badajoz, no piso térreo de um edifício de modestos apartamentos, numa zona habitacional serpenteada pelas longas avenidas da periferia da cidade. Viúva, reformada e sem filhos restam-lhe os sobrinhos e três irmãos que vivem em Madrid e Barcelona.

Mis hermanos tuvieron que salir todos del pueblo, uno fue a Bilbao, mi hermano Juan se fue a Bilbao a ganar, a hacer la vida, se casó y se fue a trabajar. El mayor se fue a Madrid y eso tuve correo, después este (Jacinto) y otro (Fermín) se fueran a Barcelona, me hermana también se fue a Barcelona con su marido y yo fue la única que me ha tenido en Extremadura, los demás todos tuvieron que inmigrar para algún sitio a buscar sus vidas. (Gracia).

Dos seis filhos do cabo carabineiro Fermín Velásquez, naturais de Oliva de la Frontera, apenas Gracia permaneceu na Estremadura espanhola, os irmãos partiram para o exílio no seu próprio País, reconstruindo as suas vidas no anonimato das grandes cidades. A partida ocorreu ao longo da década de 1950 e Gracia, com seus pais e irmã, foram os últimos a abandonar Oliva à procura de alternativas de sobrevivência, fixando residência em Badajoz. Para Gracia recordar o seu percurso de vida, onde se inscreve o quadro das suas relações sociais, representa um exercício doloroso, pois havia já erigido um muro de silêncio sobre o passado. Durante a sua permanência em Oliva, depois de regressar com sua mãe e irmãos de um campo de refugiados em França viveu sob o estigma de ser filha de um “rojo”, numa luta entre a sobrevivência, o controlo social e o silêncio.

no puedo decir mucha cosa, que ya lo tengo olvidada... en fin, que diserte, pasamos mucho, mucho, mucho... (Gracia).

Após a chegada a Tarragona, seu pai foi integrado no 5º Regimento às ordens do Ministério da Guerra, combatendo nas frentes de Huesca, Zaragoza e Teruel, ascendendo por mérito a major do exército republicano. No final da guerra foi julgado e condenado à pena de morte, mas, em 1940, o processo foi reavaliado por não ter crimes de sangue, sendo condenado a trinta anos de reclusão maior.²³ Os Processos Sumários condenaram à pena de morte, ou à reclusão maior milhares de pessoas, envolvendo pedidos desesperados dos seus familiares, sujeitados à dominação de redes de influência e ao caciquismo que estruturava as sociedades rurais. Valeriana García é uma entre milhares de mulheres que intercederam por seus maridos e filhos junto do Auditor de Guerra:

Que encontrándose mi marido Fermín Velázquez Vellarino preso en la cárcel de Larrinaga, segunda galería, celda nº 49, Bilbao, y condenado a la última pena por el tribunal competente de Mérida y firmada su sentencia por el Excmo. Sr. Auditor de Guerra de mencionado sitio y teniendo en cuenta mi calidad de esposa abandonada a la caridad pública, con cinco inocentes hijos desamparados y teniendo la firmísima seguridad de que la pena que se impone a mi infortunado marido no está en proporción con las faltas por él cometidas (...) En una palabra Excmo. Sr. mi marido fue toda su vida y así lo conoce el pueblo hombre de conducta ejemplar dedicando sus actividades única y exclusivamente a sus deberes militares habiendo tenido el mismo comportamiento antes dicho en el desdichado tiempo que estuvo en zona roja.²⁴

²³ A acção do novo regime repercutiu-se num gigantesco sistema de investigação sobre os “vencidos”, os Processos Sumários, cujas sentenças dependiam dos “avales” sobre o comportamento dos indivíduos desde 1 de outubro de 1934 e, depois de 18 de julho de 1936, afiançados pelo Alcaide, chefe local do Movimiento, pelo comandante do posto da Guarda Civil e pelo pároco, “una tríada temible de dominio político, militar y religioso.” (CASANOVA, 2004, p.23).

²⁴ Petição ao Auditor de Guerra em Madrid, de 23 de maio de 1940, fotocópia gentilmente cedida pelos filhos.

As mulheres carregaram toda a vida o estigma dos vencidos, porque ser “roja” ou mulher de “rojo” era exactamente a mesma coisa para os franquistas, que as podiam violar e confiscar todos os seus bens impunemente, “en libertad o privados de ella, los *rojós* fueran tratados por el nuevo poder como personas de naturaleza psicosocial degenerativa” (MIR, 2004, p.159). As mulheres tinham de sofrer, sacrificar-se e purgar os seus pecados “por no haber sabido llevar a sus maridos por el camino del bien” (CASANOVA, 2004, p.27), e a redenção destas mulheres estigmatizadas como “rojas”, “perversas” e “amorais” converteu-se num dos principais objectivos dos “vigilantes dos bons costumes” (MIR, 2004, p.159).

Narótzky e Smith, fundamentados no seu trabalho de campo em Veja Baja, a sul de Alicante, dizem-nos que todos aqueles que foram libertados dos campos de concentração, prisões ou campos de trabalho, nos primeiros seis anos após a guerra, não foram autorizados a voltar às suas povoações; deveriam ser exilados²⁵ (NARÓTZKY; SMITH, 2002). Mesmo aqueles que não tinham sido presos e regressavam, sujeitaram-se à justiça das autoridades locais, vivendo vidas suspensas até ser decidido o seu futuro, “y se les condenó a la humillación y a la marginalización (social, económica, laboral). El franquismo les negó la consideración de personas” (MORENO, 1999, p.278). Em 1943 é apresentada uma proposta de liberdade condicional para Fermín Velázquez, com pedido de parecer ao Alcalde de Oliva de la Frontera, à Guarda Civil Rural e à Falange local, sobre a existência de algum impedimento ao seu regresso, mas apesar de contestado Fermín regressou a Oliva.

se contestó por las tres autoridades desfavorablemente, indicando la conveniencia de que fuera desterrado a más de 250km del pueblo por su historial, y el mal ambiente que sobre él reinaba en las personas honradas, como principal responsable de todo lo allí ocurrido.²⁶

Numas folhas soltas de um livro de Razão de Contabilidade, Fermín Velázquez escreveu as suas memórias nos últimos anos de vida, ao ritmo do pensamento e das emoções, o que talvez justifique a escassa pontuação, porque o pensamento de um homem não tem pontos nem vírgulas, como um dia argumentou José Saramago. O regresso a Oliva de la Frontera constitui o primeiro tema das suas memórias, acontecimento que provocou alguma agitação no poder local, pela forma calorosa como foi recebido por antigos colegas militares e amigos. Segundo uma carta do juiz militar “su llegada al pueblo ha organizado un enrarecido ambiente en todas las clases sociales, incluso en las de ideas izquierdistas, que, por engaño de él o de otros dirigen-

²⁵ Analisando comparativamente o Censos de 1930 com o Censos de 1940 é evidente o elevado numero de homens e de mulheres ausentes, assim como uma redução no crescimento demográfico masculino.

²⁶ Ministerio del Interior, Expediente Penitenciario, Exp.707, Expediente procesual de la Prisión Provincial de Bilbao. Carta dirigida ao Director Geral das Prisões de Madrid, de 28/10/1943.

tes, se enrolaram en las milicias y perdieran algún familiar.”²⁷ Essa carta, dirigida ao Director Geral das Prisões de Madrid, teve por objectivo fundamentar o pedido de desterro, determinado pela Junta Provincial de Libertad Vigilada de Badajoz em outubro de 1944.

Almendralejo foi o lugar de “exílio”, onde Fermín encontrou refúgio em casa das suas irmãs Guadalupe e Maria, confrontando-se com a escassez de trabalho, numa conjuntura económica de desemprego e fome que marcou o período do pós-guerra. O estatuto de desterrado permitiu-lhe ser admitido pelo Ayuntamiento nas obras da estrada, mas a rotatividade entre os homens parados deixou-o sem meios de subsistência, após duas semanas de trabalho. Na luta pela sobrevivência procura reatar amizades anteriores à guerra, e através de um amigo, antigo carabineiro, consegue trabalho temporário na apanha da azeitona, porém a situação de precariedade agrava-se, obrigando-o a procurar outras alternativas. Neste sentido, procura o proprietário de uma torrefacção de café seu conhecido anterior à guerra, por ser habitualmente solicitador de mercadorias apreendidas. Nesse encontro é confrontado com o discurso dos vencedores: “usted no estuvo con nosotros, estuvo contra nosotros”, mas a necessidade de trabalho impõe a humilhação, demonstrando a alteração do quadro das relações sociais numa nova conjuntura onde imperava a delação e a dominação dos vencedores sobre os vencidos. Como consequência deste contacto recebe uma intimação para se apresentar no Tribunal Militar de Badajoz e decide fugir, iniciando uma longa e atribulada jornada rumo à fronteira portuguesa, vivendo escondido durante três anos sob a protecção de proprietários rurais de Barrancos.

Ese hombre estebe en un Cortijo que lo levaba arrendado Manecas. Después estebe no Cortijo de Manuel Claudio, más parece cierto que lo denunciaran, y la policia le fue a hacer una visita, y cuando fue la Republicana a lo Cortijo, pues no estaba, naturalmente. Dice a su hermana adonde estaba e yo fue a llevarle una carta y 25 pesetas que me dio su hermana para él, y estaba al servicio cuidando ganado, cuidando de vacas con un chapeo con una ropa portuguesa, pero había que estar con ello para saber que no era portugués. (Manolin).

Em Oliva, Valeriana e os filhos viviam apoiados por sua mãe desconhecendo o seu paradeiro, e a condição social de familiares de prisioneiro, ou desterrado, impunha-lhes uma “não experiência pública”, eram pessoas a quem não se devia falar no espaço público, a quem não se devia dar senhas de racionamento etc. (COLLIER, 1997; NARÓTZKY; SMITH, 2002). As sanções previstas na Lei restringiam as actividades profissionais de todos aqueles que defenderam a legitimidade política da II Republica, limitando a liberdade de residência, a confiscação de bens e o pagamento de avultadas multas, o mesmo seria dizer a perda absoluta dos seus direitos de

²⁷ Ministerio del Interior, Expediente Penitenciario, Exp.707, Expediente procesual de la Prisión Provincial de Bilbao, carta dirigida ao Director Geral das Prisões de Madrid, de 28/10/1943.

cidadãos (CASANOVA, 2004). O acesso aos processos sumários militares e às causas civis abertas entre 1939 e 1952 permitiu à historiadora Conxita Mir estudar os aspectos relacionados com a intervenção do “novo poder” na vida quotidiana dos “vencidos da guerra”, no contexto rural de Lérida, na Catalunha. Nesse estudo, a repressão e o controle social apresentam-se como elementos estruturantes de uma nova realidade social, demonstrando como a sociabilização do terror conduziu a um elevado número de mortes por suicídio e delinquência em virtude da fome, forçando os “vencidos” a criarem estratégias de sobrevivência no contrabando, nas redes de colaboração com os caciques, no exílio e na guerrilha (MIR, 2000).

Después de la contienda empezó el hambre, la necesidad, no había pan, no había la mayor parte de las cosas de casa, a tal punto de no ve-las. En el pueblo, cada uno como podía lo alcanzaba a su fuerza, había ladrones, que no se puede llamar ladrones, porque eran ladrones de poca monta, eran hambrientos que salían por el campo a robar cualquier cosa para poder comer con lo que llevaban del campo, claro. La posguerra fue terrible, en Oliva y en los pueblos limítrofes con Portugal se establece el contrabando. (Manolín).

Na conjuntura económica do pós-guerra o contrabando converte-se numa actividade económica central para a subsistência das populações. A escassez de um grande número de produtos, como o pão e a farinha, marcaram os anos duros da guerra e do pós-guerra, substituído pelo café que transformou o contrabando numa actividade fundamental e numa forma de vida vinculada à fronteira (MEDINA, 2006). Fermín Velázquez, depois da sua permanência em Barrancos ser denunciada, foi forçado a procurar trabalho nos arredores de Lisboa, sendo detido em 1947 pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), por estar indocumentado. Na sequência da detenção foi repatriado e entregue à polícia de Badajoz onde permaneceu até ser transferido para a prisão de Puerto de Santa Maria em Cadiz, regressando a Oliva em 1948. Como nunca conseguiu arranjar trabalho, o contrabando afigurou-se como única alternativa de sobrevivência económica, partilhada com os filhos mais velhos, e na sequência dessa actividade foi preso em fevereiro de 1949 e em julho de 1955.

Y como no encontraba trabajo ni nada fue por cuenta suya. (...) Pero en aquel tiempo me parece que el contrabando era para los ricos y claro los pobres para ganarse era lo que hacían claro, pero tenían su obligación, a los hombres que estaban en contrabando logo entraban para dentro e le daban de comer, cuando esas personas se portaban muy bien con los pobres. (...) Mis hermanos pasaran mucho, pobrecitos, los levaba mi padre y logo los segúan, los tiroteaban, tenían de meterse en las casas, también sufrí mucho con eso, mucho, mucho. (Gracia).

Nas décadas de 1940/1950 o contrabando foi uma das principais actividades económicas em ambos os lados da fronteira, estruturado em

distintas formas de participação e de relações entre grupos sociais, representando para uns, uma alternativa de sobrevivência, e para outros a concentração de riqueza. Em Oliva de la Frontera o contrabando envolveu cerca de trezentas pessoas organizadas em quadrilhas ou por conta própria, que todas as noites arriscavam a vida atravessando a fronteira portuguesa, em busca de sustento para as suas famílias, fornecidos por comerciantes de Barrancos (SIMÕES, 2009).

Para Gracia o regresso do pai afigurou-se ao longo de décadas como uma realidade imaginada, concretizada em 1948 depois de libertado da prisão de Puerto de Santa María, demonstrando como as vidas destes homens e destas mulheres foram reprimidas e silenciadas, e como ainda hoje permanece um silêncio colectivo marcando esse tempo de sofrimento, resultante das consequências da repressão directa e de um sentimento de repressão interiorizado, cravado a ferro e fogo no tecido social das sociedades rurais. Mas, se, por um lado, existe uma razão psicológica para o olvido por parte daqueles que viveram os acontecimentos e têm de seguir as suas vidas, por outro, existem razões políticas, conscientes do poder subversivo da memória que as administram em função de interesses políticos presentes (MATE, 2004).

CONCLUSÕES

A dinâmica histórica que marcou o rumo dos acontecimentos e as memórias dos habitantes de Oliva de la Frontera são fundamentais para compreender o presente etnográfico de uma sociedade rural onde a “cultura do medo” permanece, encapotada no “discurso apolítico” (NARÓTZKY; SMITH, 2002). Em nosso entender, o “discurso apolítico” representou uma estratégia de sobrevivência, mas também uma forma de legitimação e consentimento colectivo de um regime aniquilador da cidadania. O exercício arbitrário do poder configurou uma estrutura de dominação com uma profunda desigualdade nas relações de poder, produzindo um “discurso público” e um “discurso escondido” como estratégia de resistência dos dominados (SCOTT, 1992). Apesar dos processos comemorativos e da institucionalização da “memória histórica”, o medo em revelar as memórias no espaço público permanece, mantendo as narrativas do passado no espaço privado do grupo familiar, como “discurso escondido” (SCOTT, 1992). Por outro lado, a ocultação de conflitos políticos dentro de um conflito generalizado, reduzido pela História oficial ao confronto entre republicanos/nacionalistas, contribuiu para institucionalizar as construções dicotómicas como modelos interpretativos socialmente reproduzidos, fraccionando simbolicamente a sociedade em duas forças antagónicas. Actualmente, a diversidade de grupos político-partidários em Oliva de la Frontera evidencia o surgimento de

novas preocupações sociais, como Los Verdes, Partido Antitaurino Contra Maltrato Animal ou Por un Mundo más Justo, a par com os resquícios do passado representados pela Falange Auténtica e a Falange Española de las Jones, independentemente da quase inexistência de votantes.

Narótzky e Smith dizem-nos que no presente as memórias privadas continuam a resistir à tradição hegemónica da história contemporânea espanhola. Contudo, no sentido de se tornarem numa base para a ação política, é necessário tornarem-se memórias públicas coletivas para enquadrar no presente. As memórias silenciadas têm de ser transformadas em pontos de ligação, numa versão diferente do passado, uma versão que possa ser coerentemente utilizada como um guia para o futuro (NARÓTZKY; SMITH, 2002). O caso do artigo censurado em Oliva reflecte todas estas construções e contradições, mantendo latente a luta pelo controle da “memória histórica” local, numa versão consensual e significativa para todos os grupos, porque a “justiça de Franco” não distinguiu adversários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARÓSTEGUI, J. *A historia vivida*. Sobre la historia del presente. Madrid: Alianza, 2004.
- BAUMEINSTER, M. *Campesinos sin tierra*. Supervivencia y Resistencia en Extremadura (1880-1923). Badajoz: Diputación de Badajoz, 1996.
- BENSA, A.; FASSIN, E. Les sciences sociales face à l'événement. *Terrain*, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un évènement ? (mars 2002), [En ligne], mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1888.html>. Consulté le 20 juin 2007.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas*. Sobre a teoria da acção. Oeiras: Celta, 2001.
- CASANOVA, J. Una dictadura de cuarenta años. In CASANOVA, J. (Coord.). *Morir, matar, sobrevivir*. La violencia en la dictadura de Franco. Barcelona: Crítica, 2004. p. 3-50.
- COBO ROMERO, F. *Revolución campesina y contrarrevolución franquista en Andalucía*: conflictividad social, violencia política y represión franquista en el mundo rural Andaluz, 1931-1950. Granada: Universidad de Granada, 2004.
- COLLIER, G. *Socialistas de la Andalucía rural. Los revolucionarios ignorados de la segunda República*. Barcelona: Anthropos, 1997.
- CORBIN, J. Truth and Myth in History: an example from the Spanish Civil War. *Journal of Interdisciplinary History*, vol. XXV, nº 4, pp. 609-625, Spring 1995.
- CONNERTON, P. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta, 1999.
- CUTILEIRO, J. *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- DEI RÍO SÁNCHEZ, A. La memoria histórica en escena. Demandas y movimientos sociales. In: GONZALO A. B.; DEL RÍO SANCHEZ, A.; VALCUENDE DEL RÍO, J. M. (Coord.). *La recuperación de la memoria histórica*. Una perspectiva transversal desde las Ciencias Sociales. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia, Junta de Andalucía, 2007. p.103-115.

ESPINOSA, F. *La columna de la muerte*. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz. Barcelona: Crítica, 2003.

- Julio de 1936. Golpe Militar y Plan de Exterminio". In: CASANOVA, J. (Coord.). *Morir, matar, sobrevivir: la violencia en la dictadura de Franco*. Barcelona: Crítica, 2004. p. 53-119.

- *La Primavera del Frente Popular. Los campesinos de Badajoz y el origen de la guerra civil (marzo-julio de 1936)*. Barcelona: Crítica, 2007.

FARGE, A. Penser et définir l'évènement en histoire. *Terrain*, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un évènement? (mars 2002), [En ligne], mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1929.html>. Consulté le 20 juin 2007.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. *Memória social, novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1994.

FRANK, R. La mémoire et l'histoire. *Cahier de l'IHTP*, n°21 : La bouche de la Vérité ? La recherche historique et les sources orales > Disponible em: <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle233.html>. Acesso em: 1 nov. 2007.

GONZALO, A. B.; DEL RÍO SANCHEZ, A.; VALCUENDE DEL RÍO, J. M. (Coord.). *La recuperación de la memoria histórica*. Una perspectiva transversal desde las Ciencias Sociales. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia, Junta de Andalucía, 2007.

GORDILLO, C. El interés por la recuperación de la memoria histórica. In GONZALO A. B., DEL RÍO SANCHEZ, A. e VALCUENDE DEL RÍO, J. M. (Coord.). *La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las Ciencias Sociales*, Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia, Junta de Andalucía, 2007. p.117-121.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

JULIÁ, S. De guerra contra el invasor a guerra fratricida. In: JULIÁ, S. (Coord.). *Víctimas de la guerra civil*. Madrid: Temas de Hoy, 1999. p.11-54.

LACOMBA, J. A. Pequeña burguesía y revolución regional: el despliegue del regionalismo andaluz. In: LACOMBA, J.A. (Coord.). *Aproximación a la Historia de Andalucía*. Barcelona: Laia, 1981. p. 299-328.

LE GOFF, J. Memória. In *Enciclopédia Einaudi*. Memória-História, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol.1, p.11-50,1989.

LISÓN-TOLOSANA, C. *Belmonte de los caballeros: anthropology and history in an Aragonese community*. New Jersey: Princeton University Press, 1983.

MALEFAKIS, E. *Reforma agraria y revolución en la España del siglo XX*. Barcelona: Ariel, 1972.

MARTÍNEZ ALIER, J. *La Estabilidad del latifundismo: análisis de la interdependencia entre relaciones de producción y conciencia social en la agricultura latifundista en la campiña de Córdoba*. Rudeo Ibérico, 1968.

MARTÍNEZ GARCÍA, R. *Hambre de pan, hambre de tierra*. Sevilla: Fundación Blas Infante, 1992.

MATE, R. Por una cultura de la memoria. In: GONZALO, A. B. (Coord.). *El canal de los presos (1940-1962)*. Trabajos forzados: de la represión política a la represión económica. Barcelona: Crítica, 2004. p. XXXVII-XLVII.

MEDINA, E. Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa. Disponible em: http://www.dip-badajoz.es/publicaciones/reex/rcex_2_2006/estudios_11_rcex_2_2006.pdf. Acesso em: 5 mar. 2008.

MORENO, F. La represión en la posguerra. In JULIÁ, S. (Coord.). *Víctimas de la guerra civil*. Madrid: Temas de Hoy, 1999. p. 275-405.

MINTZ, J. *Los anarquistas de Casas Viejas*. Huelva, Diputación de Granada, Diputación de Cádiz, 1999.

MIR, C. *Vivir es sobrevivir*. Lleida: Milenio, 2000.

– El sino de los vencidos: la represión franquista en la Cataluña rural de posguerra. In CASANOVA, J. (Coord.). *Morir, matar, sobrevivir*. Barcelona: Crítica, 2004. p.123-191.

NARÓTZKY, S.; SMITH, G. 'Being politico in Spain'. An ethnographic account of memories, silences and public politics. *History & Memory*. Indiana: University Press, p.189-228, 2002.

NARÓTZKY, S. A 'Cargo del futuro'. Between History and Memory: an account of the 'fratricidal' conflict during revolution and war in Spain (1936/39). *Critique of Anthropology*, 27, p. 411-429, 2007. The online version of this article can be found at: <http://coa.sagepub.com/cgi/content/abstract/27/4/411>. Acesso em: 31 jan. 2009.

OLIVEIRA BATISTA, F. Espanha e Portugal, um século de questão agrária. In: FREIRE, D.; FONSECA, I.; Godinho, P. (Coords.). *Mundo rural: transformação e resistência na Península Ibérica: século XX*. Lisboa: Colibri, 2004. p.15-51.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2007.

PUJADAS, J. J. El método biográfico y los géneros de la memoria. *Revista de Antropología Social*, Curitiba, 9, p. 127-158, 2000.

SCOTT, J. Domination, acting and fantasy. NORDSTROM C. (Ed.). *The path to domination, resistance and terror*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1992. p. 55-84.

SIMÕES, M. D. A. *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha*. Memórias e testemunhos, 1936. Lisboa: Colibri, 2007.

- Fronteras estatales y relaciones sociales en la frontera hispano-portuguesa. El caso de Barrancos y Oliva de la Frontera. Disponível em: http://www.ugr.es/~pwlac/G24_52MariaDulce_Antunes_Simoes.html. Acesso em: 20 nov. 2008.

THOMPSON, P., *The voice of the past*. Oral History. Oxford: Oxford University Press, 1989.

VALCUENDE DEL RÍO, J. M. Memoria y Historia; individuos y sociedad. In: GONZALO A. B.; DEL RÍO SANCHEZ, A.; VALCUENDE DEL RÍO, J. M. (Coords.). *La recuperación de la memoria histórica*. Una perspectiva transversal desde las Ciencias Sociales. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia, Junta de Andalucía, 2007. p.19-31.

VALERO, A. La Guerra Civil en Oliva de la Frontera, 1936-2006. 70 años de silencio y miedo. *Revista Feria de Septiembre*, Ayuntamiento de Oliva de la Frontera, p.45-61, 2007.